



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do Empreendimento "CCBS-Central de Cogeração da Baixada Santista", de responsabilidade da empresa Baixada Santista Energia Ltda., realizada no dia 25 de agosto de 1999, na cidade de Cubatão.

Realizou-se no dia 25 de agosto de 1999, às 19:00 horas, no Bloco Cultural da Prefeitura de Cubatão, localizado na Praça dos Emancipadores, s/n, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA do Empreendimento "CCBS-Central de Cogeração da Baixada Santista", de responsabilidade da empresa Baixada Santista Energia Ltda. Dando início à audiência, o Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, anunciou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Deputado Estadual Ricardo Tripoli - que, não podendo estar presente, havia-lhe pedido para representá-lo - saudava e dava boas vindas a todos que haviam comparecido e passaria a compor a Mesa de Trabalhos, chamando para dela fazer parte o representante do Consema, escolhido entre os presentes, conselheiro Elson Maceió dos Santos, e o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e Proteção dos Recursos Naturais, Sérgio Pascoal Pereira. Em seguida, depois de expor resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 50/92 para a condução de audiências públicas, convidou o representante do empreendedor, José Antonio Dalben, Superintendente da Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão, que teceu, grosso modo, as seguintes considerações: que objetivo desta audiência era tornar o processo bastante transparente, levando à comunidade todas as informações necessárias para viabilizar a tomada de decisão; que uma prova disto fora a realização de mais de cinquenta palestras e reuniões com a comunidade, nos últimos dois meses; que a refinaria da Petrobrás estava ali instalada desde 1954 e que hoje abastecia 11% das necessidades de derivados de petróleo do País; que sempre teve preocupação com a evolução tecnológica de seus produtos e com as questões relativas ao meio ambiente; que, com objetivo de suprir as necessidades de energia elétrica e de vapor, a Petrobrás havia feito parcerias viabilizando a construção de uma central de cogeração, tendo em vista que a energia em uma refinaria representava um terço dos custos totais do refino; que, para seleção da empresa participante do consórcio, participaram da licitação mais de setenta firmas nacionais e internacionais, tendo sido selecionadas doze propostas, saindo vencedor o Consórcio Mário Bendes Site, que, em parceria com a Petrobrás de Cubatão, instalariam a Central de Cogeração de Cubatão(CCBS), visando garantir condições básicas de operação contínua dos sistemas, assegurando 100% de confiabilidade no fornecimento de energia de baixo custo, garantindo a competitividade da empresa, uma vez que interrupções não-previstas eram muito graves para a complexidade de uma refinaria; que, em todo este processo, esta unidade atenderia as exigências ambientais; que, para atender a demanda nacional seria necessário um acréscimo de 3 mil megawatts por ano e que isso significava a construção de três usinas de cogeração por ano; que esta iria atender as necessidades da Petrobrás e de toda a região que consumia cerca mil megawatts; que a potência desta Central de Cogeração seria de 1 milhão de kwh; que a CCBS permitirá a geração de energia na própria região onde será consumida, ampliando o uso de gás natural, que ocupa uma participação cada vez maior na matriz energética brasileira; que a CCBS se originou de um consórcio formado entre a Petrobrás e a Site Mário Bendes e que seria uma empresa brasileira privada com investimento externo de 650 milhões; que esta empresa supriria as necessidades de energia da região por mais de vinte anos; que um dos reflexos seria na Refinaria Presidente Bernardes, que teria um suplemento confiável e seguro de energia elétrica e a vapor; que, além de gerar energia confiável e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

mais barata, seriam desativadas algumas caldeiras mais antigas, o que acarretaria ganhos ambientais; que a desativação de uma central termelétrica não significaria desempregar pessoas, uma vez que a Petrobrás em nenhum investimento de ampliação ou de modernização promoveu demissões em consequência de investimentos; que os principais objetivos do empreendimento seriam fornecer energia confiável e segura para a refinaria, para o pólo industrial de Cubatão, para indústrias como a Cosipa, a Carbocloro e a Ultrafertil, e também para a comunidade em geral - residências, escolas, comércio, hospitais e o porto; que a Baixada Santista passaria a contar com energia confiável e segura, impulsionando a economia da região, elevando a geração de receitas tributárias. Em seguida, fez uso da palavra Ricardo Simonsen, representante da Jhakkó Poyry, empresa responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, que teceu, em síntese, as seguintes considerações: que uma etapa do processo de licenciamento consistia na aprovação do projeto básico dessa central de cogeração, a qual se encontrava em estágio bastante avançado; que o EIA/RIMA fora elaborado por diversos profissionais das mais variadas áreas, levando cerca de um ano para ser concluído; que o processo de divulgação deste Estudo foi bastante diversificado, tendo sido entregues à população cerca de 7.500 cartilhas distribuídas em locais de grande circulação da cidade de Cubatão, uma espécie de mini-RIMAs, contendo informações sobre os principais aspectos do empreendimento; que, além disso, fora feita uma ampla campanha de esclarecimento através de uma emissora de rádio de grande alcance, na qual foram respondidas cerca de 1.800 dúvidas da população; que outra fonte de informação tinha sido uma *home page* na Internet e que toda esta campanha visou oferecer, da melhor maneira possível, informações à população; que a matriz energética brasileira se baseava na geração hidrelétrica, que correspondia a 90% do total da energia produzida, e a porcentagem da geração através de termelétricas era de apenas 8%, incluído as usinas nucleares de Angra; que a geração hidrelétrica tinha algumas peculiaridades, pois, no Brasil, se perde atualmente cerca de 16% da energia produzida por problemas nas linhas de transmissão e de distribuição, quantidade de energia esta equivalente ao consumo argentino; que outras fontes de energia deveriam ser mais bem aproveitadas no País, como a eólica, a solar e o biogás, entre outras, que teriam seu tempo de amadurecimento e atualmente possuíam capacidade de geração para pequenas centrais, nada do porte da proposta da CCBS, que iria gerar cerca de 1.000 megawatts, sendo composta por uma turbina onde ocorria a queima do gás; que os gases quentes acionavam a turbina, que acionava um gerador, e eram dirigidos a uma caldeira de recuperação antes de serem lançados na chaminé, numa temperatura relativamente baixa (123°), gerando energia para produção de vapor para utilização na refinaria e para acionar uma turbina a vapor que, por sua vez, acionava um outro gerador elétrico; que, desse modo, a mesma queima de gás acionava dois geradores, uma turbina a gás e uma turbina a vapor, aumentando a eficiência do sistema; que o sistema de cogeração a gás natural em ciclo combinado tinha eficiência acima de 60%, podendo atingir a 80%, sendo consideradas mais eficazes que as usinas termelétricas convencionais a óleo combustível; que esse sistema era muito utilizado no mundo todo mas era novidade para o Brasil; que o gás natural era composto de metano, responsável por 23% da energia do mundo; que a queima de gás natural emitia menos poluentes do que a queima da gasolina, do óleo diesel e do óleo combustível; sendo ainda bastante utilizado no aquecimento de residências em países de inverno rigoroso; que o uso deste combustível na matriz energética nacional vinha sendo viabilizado pela construção do Gasoduto Brasil-Bolívia, que já tinha parte de sua obra construída e implementada, devendo chegar a Porto Alegre em pouco tempo, e poderá ser interligado ao sistema da Argentina e Uruguai; que atualmente ele já estava sendo interligado com os gasodutos que traziam gás da Bacia de Merluza, que atravessava Cubatão e a Bacia de Campos, tornando esse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sistema de transporte de gás bastante seguro e confiável; que o empreendimento iria ocupar cerca de 7 hectares na porção sul da refinaria; que o principal combustível a ser utilizado na CCBS seria o gás natural com 168 mil m³ por hora, que seria utilizado nas turbinas, e o gás da refinaria alimentaria as caldeiras de recuperação; que, com o gasoduto, não haveria estoque de gás no local, ou seja, o gás viria direto do poço, seja de Merluza, de Campos ou da Bolívia, alimentando as turbinas da CCBS; que não haveria queima de outro combustível, uma vez que as turbinas só operariam com gás natural; que a potência instalada seria da ordem de 950 megawatts e 400 toneladas/h de vapor; que os principais equipamentos seriam quatro turbinas a gás de 160 megawatts cada, quatro caldeiras recuperadoras, duas turbinas a vapor de 136 megawatts cada, o que acarretaria bastante flexibilidade de operação do sistema, gerando quantidades variáveis de energia e garantindo as 400 toneladas por hora de vapor que precisava ser gerado para a refinaria; que o sistema iria receber gás natural da Comgás e fornecer 850 megawatts de energia ao sistema; que a usina iria ser implantada em uma área plana, dotada de infra-estrutura e acessos, plenamente integrada no contexto da refinaria; que deverá empregar cerca de oitocentas pessoas, priorizando a população local; que, na fase de operação, seriam necessários aproximadamente cinquenta funcionários, levando-se em consideração a automatização da planta, dotada de tecnologia bastante avançada, garantindo confiabilidade e segurança ao sistema; que, em termos de consumo de água e geração de efluentes, a refinaria hoje captava cerca de 11500 m³ /h com a desativação de caldeiras geradoras de vapor e energia; que a capacitação iria diminuir, passando para 7800 m³ por hora; que, desta quantidade captada, 663 m³/h seriam destinadas à CCBS para a refrigeração do seu sistema, 520 m³/h seriam evaporados nas torres de inclinação, que trocariam calor com o meio e 143 m³/h retornariam para a estação de tratamento de efluentes da refinaria; que os níveis de ruído dos equipamentos seriam baixos, pois os mesmos seriam dotados de isoladores; que, nas simulações realizadas, verificou-se níveis de ruídos similares aos atuais; que foi realizado um estudo de análise de risco para identificação das principais hipóteses acidentais, constatando-se que a pior situação seria uma explosão gerada por vazamento de gás e que as consequências desse acidente não ultrapassariam os limites da própria central de cogeração, não atingindo nem a refinaria nem a comunidade do entorno; que a possibilidade disso ocorrer seria 100 mil vezes menor que a possibilidade de ocorrer um acidente na construção civil; que, com relação às emissões atmosféricas, todos os padrões seriam devidamente respeitados, garantindo-se a saúde e o bem-estar da população; que, para avaliar os impactos na fauna e flora, haviam sido realizados estudos detalhados de dispersão atmosférica, considerando-se a topografia de Cubatão, o microclima similar da região; que os principais poluentes estudados seriam compostos de enxofre, material particulado, óxido de nitrogênio, monóxido de carbono e hidrocarbonetos; que, comparando as emissões absolutas de gases oriundas da CCBS quando estiver operando a plena carga, ou seja, gerando 950 megawatts e 400 ton/h de vapor, com as emissões oriundas das caldeiras a óleo da Petrobrás que serão desativadas e utilizando-se de cálculos bastante conservadores, concluiu-se que as emissões de NOx seriam três vezes inferiores às geradas atualmente, a de enxofre, 100 vezes menor, as emissões de material particulado inferiores às atuais; que, no entanto, deverá haver um aumento das concentrações de hidrocarbonetos não-metânicos, que seriam os hidrocarbonetos que poderiam reagir com os óxidos de nitrogênio, formando o ozônio, que também era um poluente que preocupava devido aos seus reflexos no meio ambiente; que, como se tratava de cálculos matemáticos, poderia haver variantes nos resultados e que, por este motivo, poderia ser feito monitoramento contínuo das emissões de poluentes para atmosfera; que a qualidade das águas também seria monitorada, verificando-se as consequências da implantação da CCBS, embora, em



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

termos de prognósticos, não teria sua qualidade afetada; que a entrada em operação da usina traria inúmeros benefícios para a comunidade, como a melhoria da qualidade do ar, geração de empregos diretos e indiretos, tanto na CCBS quanto em decorrência de uma possível dinamização da economia, geração de receitas tributárias entre 15.000.000 e 20.000.000 de reais por ano com a participação do município no ICMS - cifra esta que correspondia - a 1/6 da arrecadação municipal de Cubatão, aumento da oferta de energia mais confiável e segura, próxima aos centros de carga, evitando-se o transporte da mesma e diminuindo as perdas no sistema, benefícios tecnológicos advindos da implantação de um sistema moderno, além das vantagens estratégicas para a Refinaria Presidente Bernardes; que a equipe responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental concluiu que o empreendimento era ambientalmente viável se implementado conforme o proposto, com medidas mitigadoras para redução de emissão, de captação de água, isolamento de ruído entre outras, além dos projetos de monitoramento dos parâmetros ambientais. O Secretário Executivo declarou que neste momento deveria fazer uso da palavra um representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, cujos membros deveriam ter-se reunido e indicado oficialmente um nome para representá-los nesta audiência, o que provavelmente não aconteceu, pois não recebera nenhuma indicação. O senhor Raimundo Ronan Maciel dos Santos pediu, então, a palavra, na qualidade de conselheiro representante das entidades ambientalistas no Consema, para encaminhar a seguinte questão de ordem: que, com relação ao tempo que os ambientalistas teriam para fazer suas considerações, ele era igual ao destinado à apresentação da equipe do EIA/RIMA, i.é., de 30 minutos; que os ambientalistas tinham dificuldades para se deslocarem dos vários pontos do Estado para deliberar e indicar eventualmente representantes para as audiências públicas, de tal forma que submetia à Mesa Diretora o seguinte pedido, com base no Artigo 1º da Deliberação Consema 50/92, combinado com o Artigo 9º dessa mesma Deliberação que trata das audiências públicas, e a faculdade que a Mesa Diretora tem de estender por mais uma hora o tempo de pessoas que queiram falar dentro da audiência pública cujo objetivo fundamental era o seguinte: Artigo 1º - "Serão consideradas audiências públicas as reuniões com o objetivo de debater, conhecer e informar a opinião pública sobre a implantação de determinada obra ou atividade potencialmente causadora de significativo impacto ambiental"; Artigo 9º - "a seção terá início com a formação da Mesa no horário previsto no edital, sendo que o coordenador receberá as inscrições para participação dos debates até sessenta minutos após a abertura dos trabalhos, podendo ampliar esse prazo, em caráter excepcional, por deliberação da mesa"; que, em função do disposto nestes artigos, especialmente da excepcionalidade referida no Artigo 9º, havia plenas condições para o que pedia, tendo em vista motivos de força maior que impediram o deslocamento desses conselheiros representantes do Fórum das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, para serem indicados a vir falar na audiência pública, talvez até vítimas do desemprego e sem dinheiro para se deslocarem dos pontos de origem e irem até as reuniões; que então propunha fosse dado o tempo de trinta minutos para o posicionamento dos ambientalistas da Baixada Santista, que tinham um entendimento correto dos impactos que o empreendimento iria causar nessa região, desconsiderando-se o tempo já por ele utilizado para encaminhar a questão de ordem. Dirimindo a questão de ordem, o Secretário Executivo esclareceu: que as regras existiam para serem seguidas, pois, do contrário, se instalava a anarquia e a injustiça; que, por outro lado, o objetivo das audiências públicas era ouvir democraticamente o maior número de opiniões, como especificado no Artigo 1º da deliberação lida, garantindo-se que todos tivessem oportunidade de se expressar, como vinha sendo feito até o momento; que a interpretação que o conselheiro deu ao Artigo 9º era errônea, pois o que está ali dito é que se aceitam, até uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

hora depois de iniciada a audiência, podendo-se prorrogar esse tempo, inscrições, quaisquer inscrições, não as daquelas pessoas que já têm direito assegurado na primeira parte da audiência; que, no que se referia a esses trinta minutos previstos para que os ambientalistas pudessem, já de início, fazer um contraponto, levantando questões, estes foram informados a tempo, tendo-lhes sido enviado ofício solicitando que se reunissem, escolhessem o nome de quem falaria, indicação esta que deveria ter sido encaminhada ao Secretário Executivo na forma prescrita pela deliberação citada até o momento da audiência; que, por sua vez, as regras existiam para ajudar, e não para atrapalhar, existiam para fazer a sociedade funcionar de maneira produtiva, e, por isso, iria permitir que, nesta situação concreta, duas mudanças fossem feitas, uma delas porque havia também recebido outro pedido, para que, alguém que, como membro do Poder Executivo deveria falar apenas no final, falasse agora, a saber, acabara de receber um pedido do Prefeito Ney Serra, alegando que, por ter um compromisso logo em seguida, o que o impedia de permanecer até o final da audiência, gostaria muito de poder exprimir-se imediatamente; que, portanto, permitiria que o Prefeito Ney Serra se manifestasse logo, embora segundo a ordem de inscrição devesse falar no final, e concederia o tempo solicitado pelo conselheiro para que o representante dos ambientalistas fizesse sua explanação. A decisão foi aplaudida pelo plenário e a palavra foi, então, concedida ao prefeito. O Prefeito Ney Serra, depois de cumprimentar a todos, fez o seguinte pronunciamento: que sempre defendera que as empresas e as indústrias não podiam ser ilhas isoladas, precisavam integrar-se na comunidade onde exerciam suas atividades; que esta audiência pública possibilitava isso e que, se este procedimento já tivesse sido anteriormente adotado, certamente não se enfrentariam os problemas ambientais que se enfrentava; que a audiência pública tinha um valor democrático, pois era um instrumento extremamente importante para que a instalação de um novo empreendimento fosse conhecido previamente pela população; que elogiava a atitude da Mesa pelas medidas que acabara de tomar, pois era uma decisão de caráter eminentemente democrático, quebrando a rigidez da regulamentação; que estava satisfeito com a qualidade do trabalho apresentado pelos empreendedores, com a qualidade do "EIA/RIMA"; com a conduta, o comportamento dos empreendedores que, antes mesmo da audiência pública, tomaram a iniciativa de ir às escolas e às entidades representativas da comunidade para expor o projeto, apresentar sua proposta e elucidar as dúvidas; que a exposição que acabara de ser feita já fora feita anteriormente para o Prefeito, para os Secretários municipais e as autoridades do meio ambiente do Município; que estas autoridades reconheceram que se tratava de um projeto muito bom para a cidade, porque não era poluente, porque se tratava de uma usina despoluente, que iria gerar energia limpa e que, desse modo, contribuiria significativamente para a melhoria do meio ambiente da cidade; que se vivia um momento extremamente grave em relação à economia do País, e o povo dependia de um pólo industrial; que, com o fenômeno da globalização, da recessão da economia, houve uma grande demissão de trabalhadores, havendo mais de 11.400 desempregados cadastrados oficialmente em Cubatão; que, por este motivo, era necessário gerar-se empregos, garantir-se a sobrevivência da população; que, como Prefeito, percebia que o povo da região estava empobrecendo, estava ficando desempregado, alimentando-se mal e ficando doente; que esse empreendimento era muito importante para Cubatão, da mesma forma que a Usina Henry Borden, na década de 50, fora um fator decisivo para a implantação de todas as indústrias do Município de Cubatão, inclusive para sua criação; que atualmente a Henry Borden estava praticamente desativada, até por motivos ambientais, pois, para que o esgoto de São Paulo não fosse bombeado para a Billings, esta usina deixara de ser alimentada; que esta usina de cogeração iria racionalizar a produção de energia, utilizando aquela que era queimada nas indústrias, na refinarias;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que iria gerar uma quantidade de energia aqui em Cubatão que constituiria um fator determinante para a retomada de desenvolvimento e geração de empregos e que, por estas razões, se tratava de um projeto muito importante para o Município, para a região da Baixada Santista, para o Estado de São Paulo e para o Brasil, porque, se não se consolidar o que se possuía, como o pólo industrial de Cubatão, as empresas e as indústrias acabariam fechando para ceder a pressão da concorrência internacional; que estava embutido nesse projeto a questão da qualificação, da re-qualificação profissional, o que achava muito importante a ponto de vir discutindo esta questão com os dirigentes do setor industrial; que a grande maioria dos desempregados do Município de Cubatão era de trabalhadores sem qualificação profissional, o que tornava necessário seu aperfeiçoamento para que realmente a mão-de-obra da região pudesse preencher os cargos existentes no setor industrial; que a Prefeitura estava abrindo mão dos impostos que tinha direito de cobrar para que as indústrias que se instalassem no Município destinassem, no mínimo, 80% dos seus empregos para os trabalhadores do pólo industrial de Cubatão; que era necessário o aproveitamento dos trabalhadores locais, porque eles eram, na verdade, os parceiros dos empreendimentos empresariais instalados na região. O Secretário Executivo perguntou, então, quem falaria em nome dos ambientalistas da Baixada, conforme pedido do conselheiro Ronan Maciel, e este indicou o Prof. Oswaldo Sevá, engenheiro mecânico vinculado ao Departamento de Energia da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp, que teceu as seguintes considerações: que estava encaminhando ao Secretário de Meio Ambiente, Deputado Ricardo Tripoli, um ofício nos seguintes termos: "Solicito de V. Exa. que acolha essa correspondência nas atas da audiência e faça anexar formalmente os dois textos seguintes ao processo de licenciamento que ainda tramitava internamente na Secretaria de Estado dirigido por V. Exa. e no Conselho Estadual de Meio Ambiente"; que o primeiro texto consistia numa avaliação sintética do significado do possível licenciamento do projeto de uma usina termelétrica de grande porte na refinaria, e o segundo correspondia às respostas que dera às perguntas que lhe foram enviadas pelo jornalista Rogério Godinho, do *Jornal Âncora*, editado na Baixada Santista poucos dias após a reunião informativa realizada sobre esse projeto, no dia 29 de julho último, no auditório do Sindicato dos Petroleiros de Santos; que, desde 94, vinha colaborando com a melhoria da situação ambiental e com a prevenção de riscos na Baixada Santista através de assessoramento aos Promotores Públicos de Santos, à Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Santos; que, na condição de docente e pesquisador numa universidade pública estadual, com experiência justamente no campo das instalações energéticas e nas suas conseqüências, pretendia contribuir para esse processo; que, se se estivesse no rumo do combate à degradação planetária, batalhando pela correção dos erros passados e construindo para os descendentes um futuro menos poluído, se deveria queimar menos materiais fósseis, carvão de pedra, petróleo e o gás associado; que o Brasil possuía um dos maiores parques de hidroelétricas do mundo, num total de mais de 50 mil megawatts, sendo algumas delas construídas longe dos centros de consumo; que, em relação às formas de melhorar a oferta de eletricidade, a primeira se relacionava com a redução do desperdício geral e o uso de aparelhos e motores mais eficientes; que a segunda forma dizia respeito à redução dos índices de consumo nos vários processos industriais que consumiam muita eletricidade; que a terceira forma era construir ou montar usinas já em fase de obras, ou até prontas; que no momento existiam a usina hidrelétrica de Porto Primavera, a do Intá, no Rio Uruguai, na fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, a Usina de Serra da Mesa, no Rio Tocantins no Estado de Goiás; que, portanto, o Brasil era o País que mais possuía usinas prontas, parcialmente motorizadas, algo da ordem de uns 10 mil megawatts de obras já prontas, faltando dinheiro para poder comprar as máquinas e instalá-las, embora não faltasse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

para construção de novas obras como esta que se discutia; que sobrava eletricidade no País e que sobraria por mais cinco anos, desde que se completassem as usinas já iniciadas; que, por outro lado, as indústrias que produziam resíduos que podiam ser usados como combustíveis para outros processos e podiam recuperar calor e vapor em seus processos deveriam ser autoprodutoras de eletricidade; que a Cosipa poderia ser autoprodutora de eletricidade, como a Copebrás se tornara há alguns anos; que se referia à cogeração, ao aproveitamento do calor residual e das fontes de combustível que a própria indústria já possuía; que reduzir o desperdício, reduzir os índices de consumo, terminar de construir ou de montar as usinas que já estavam prontas, tudo isso liberaria para a rede centenas talvez até 2, 3, 4 mil megawatts; que o argumento de que se não se construir esta usina faltará energia não era verdadeiro, porque, se ela não for construída, não faltará energia, pois esta era uma desinformação deliberada que o governo federal e o governo estadual estavam promovendo há anos no setor energético; que, se for implantado este projeto de usina térmica de grande porte na Refinaria de Cubatão dentro de um centro de carga dos mais importantes do País, em 2 ou 3 anos se promoverá a desativação de turbinas hidráulicas que já se encontravam funcionando em centrais antigas ou recentes, sejam mais próximas como a Henry Borden aqui mesmo em Cubatão, ou mais distantes, por exemplo, a Usina de Água Vermelha, uma das maiores de São Paulo, e que ficava no Noroeste do Estado, lá no Rio Grande; que aquilo que os empreendedores estrangeiros estavam pretendendo, e isso não estava claro nem para a própria Petrobrás que estava servindo de intermediário, era o mercado brasileiro de eletricidade já constituído; que só os médicos poderiam explicar o que estava acontecendo na cidade, na região, que só eles poderiam explicar o tipo de doença que as pessoas estavam sofrendo, os tipos de alergia respiratória, sinusites, faringites, os tipos de leucopenia que estavam aparecendo por aí, com tanta gente respirando hidrocarboneto aromático; que estimava, com base nos próprios dados oficiais, que nessa enorme usina, com as suas quatro turbinas, seriam queimadas 200 toneladas por hora do chamado gás natural, que era um gás associado ao petróleo e, portanto, de origem fóssil, composto de carbono hidrogênio, e uma pequena porcentagem de enxofre; que estimava que as quatro caldeiras complementares iriam queimar 40 ou 50 toneladas/hora dos gases residuais da própria refinaria e que atualmente já eram queimados nas caldeiras e fornos da RPBC e nas suas tochas; que essas máquinas poderosas iriam sugar, cada hora, mais milhares de toneladas de ar, que continha, como todo mundo sabia, 21% de oxigênio e 78% de nitrogênio e, disso tudo, saíam pelas chaminés, com quase 50 metros de altura, aliás, mais baixas do que algumas chaminés e do que as tochas da refinaria, mais de 6 mil toneladas por hora de gases e de produtos dessas duas combustões nas turbinas e nas caldeiras; que esses produtos eram vapor d'água (um produto da combustão), grandes volumes de gases carbônicos, entre os quais o monóxido de carbono, que era venenoso, e de gases nitrogenados, que provocavam acidez na atmosfera e nas vias respiratórias e contribuiriam para a formação do excesso de ozônio em baixa altitude, que era tóxico e corrosivo, e produziriam 20 a 40 toneladas por hora de gases sulfurosos, mais material particulado, que, embora em pequena quantidade seria produzido, e os hidrocarbonetos não-queimados, que não eram poucos; que, pelo fato de que seriam desligadas as atuais caldeiras da RPBC depois de a primeira turbina entrar em operação, argumentou-se que, no balanço final, a poluição diminuiria, cujo propósito era ludibriar a população; que as turbinas queimariam combustível menos poluente do que as caldeiras atuais, mas numa proporção dez vezes maior, inclusive exigindo muito mais ar, porque trabalhava com uma relação de ar e combustível diferente das caldeiras; que o Município de Cubatão ainda era, infelizmente, recordista de poluição atmosférica, sofrendo contaminação cumulativa sua vegetação e rios; que havia trechos do solo de Cubatão e da Baixada Santista que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

estavam contaminados com produtos químicos perigosos; que toda a Baixada Santista, com o seu tráfego de caminhões e de embarcações, com os seus estoques de combustíveis e de granéis químicos, já tinha uma das piores atmosferas do País com vários episódios de nuvens tóxicas como a que houve, por exemplo, em fevereiro de 96 na própria refinaria, com a emissão de sulfeto na ITDI da refinaria, de incêndios e de vazamento, e como a de 1995, que decorreu do vazamento de sireno no próprio canal, ali perto do bairro Ponta da Praia, além dos estados de alerta e de atenção decretados pela Cetesb, quando já não havia mais o que fazer; que, se uma nova instalação energética for autorizada a se instalar dentro dessa velha e grande refinaria de Cubatão, mesmo se sabendo que as turbinas e caldeiras previstas irão lançar na atmosfera do pé da serra mais de 6 mil toneladas por hora de produtos resultantes da combustão, mesmo se sabendo que haveria um acréscimo ponderável de emissões de óxido nitrogênio e de hidrocarbonetos e que isso logicamente levaria a uma maior concentração do gás ozônio e a uma maior ocorrência do chamado smog fotoquímico, mesmo se sabendo que esse era um tipo de poluição comprovada para a vegetação e para a saúde humana e que era objeto de preocupação internacional crescente, então podia-se deduzir ou concluir que ficará muito mais difícil exigir das atuais indústrias em Cubatão que diminuam as suas toneladas de poluentes lançadas no ar, já que ainda havia espaço para mais um grande foco de poluição; que se podia autorizar outras instalações energéticas desse ou de menor porte na Baixada Santista já que várias indústrias tinham combustível residual e todas estavam próximas do gasoduto; que se podia autorizar outras grandes usinas a funcionarem em outras áreas já poluídas no Estado, em Santo André, ou em Mauá, ou em Paulínia, ou em Jundiaí, ou em São José dos Campos, ou em Santa Branca, que eram locais que ainda não eram tão contaminados como Cubatão que já o era há décadas; que seriam gerados aqui 400 ou 500 empregos durante a época da obra e seriam gerados ou mantidos centenas de empregos para a fabricação das turbinas, para a fabricação das caldeiras, para a fabricação dos compressores, dos motores, das válvulas, dos instrumentos, de toda a aparelhagem moderna e sofisticada dessa usina, mas seriam garantidos centenas de empregos no Japão e nos Estados Unidos; que também seriam garantidos empregos, em Cubatão, na parte da operação da usina, pois 40 ou 50 eletricitários seriam contratados, muitos deles também trabalhadores estrangeiros, e que, portanto, seriam gerados empregos para trabalhadores de outros Países, e que esse investimento seria pago ou amortizado pelos brasileiros a cada mês, por meio da conta de luz. Passou-se ao segundo bloco, quando se posicionam os representantes de entidades da sociedade civil. O primeiro a se manifestar foi Celso Garanhane, representante do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo—CIESP, que teceu as seguintes considerações: que dentro da matriz energética brasileira a geração através de combustível fóssil era uma realidade irreversível; que o Município de Cubatão apresentava uma vantagem estratégica para que essa usina fosse nele instalada, e ela produziria mais energia elétrica disponível, o que constituiria uma vantagem estratégica para instalação de novos empreendimentos tanto em Cubatão como na Baixada; que o saldo era positivo também no aspecto de eficiência energética, pela comunhão da geração de energia e o aproveitamento da energia térmica; que a instalação dessa usina também era produtiva no aspecto da redução do uso de recursos hídricos, uma vez que as próprias indústrias estavam padecendo em função da mudança do regime operacional da Usina Henry Borden, do sistema Billings; que a segurança no fornecimento de energia elétrica próximo a um centro consumidor aumentava a segurança operacional das tantas unidades industriais que existiam na região, as quais dependiam da energia elétrica fornecida e transmitida por centenas de milhares de quilômetros, e que isso resultaria, com certeza, numa maior continuidade operacional, numa menor ocorrência de acidentes e incidentes operacionais; que a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

geração de energia nessa região estratégica, com vias de transporte, porto e uma série de indústrias, iria trazer oportunidades para essa região, como a instalação de novos empreendimentos e a certeza de que se investirão 650 milhões de dólares em um empreendimento que permanecerá como patrimônio do parque industrial do Estado e representará o contínuo desenvolvimento da região; que ele apresentará um balanço positivo mesmo se levando em conta o aspecto energético, o aspecto da poluição, o aspecto dos recursos hídricos, pois ele se encontrava exatamente no caminho do desenvolvimento sustentável. Manifestou-se, em seguida, Roberto Carlos, representante do Sindicato dos Químicos, nos seguintes termos: que concordava com o seu antecessor no que dizia respeito à viabilidade do empreendimento, mas chamava atenção para o processo agravante de poluição porque passava Cubatão, com grandes empresas poluidoras como a Cosipa, a Refinaria Presidente Bernardes e a Ultrafertil, e que se deveria olhar este aspecto com uma certa delicadeza, embora se dissesse que esta empresa iria gerar empregos. Em seguida, Hélio Muniz Filho, representante da Associação de Defesa dos Desempregados de Cubatão, teceu as seguintes considerações: que sua bandeira era o emprego, o trabalho, e confiava que a Petrobrás, o Governo do Estado e o Governo Federal não iriam criar condições para instalação de uma empresa em Cubatão que viesse trazer o mal, porque o mal já existia no Município, que era o desemprego; que não se podia dispensar a grande fatia que era a contribuição social que essa empresa traria para Cubatão; que a termelétrica era a garantia dos trabalhadores tanto da Petrobrás tanto como da Henry Borden; que foi abordada a questão da requalificação e se tinha realmente de abraçar essa linha, porque a maioria dos desempregados não tinha qualificação e Cubatão já pagava um preço muito alto por isso. Manifestou-se Jessé Antônio Silva, representante do Grêmio Recreativo Escola de Samba Império Verde e Rosa, que teceu os seguintes comentários: que se circulava na cidade o dia inteiro e não se viam os ambientalistas, e que só nesses momentos eles apareciam dizendo que o Ceasa não podia ser instalado, que não se podia construir a Rodovia, que não se pode instalar a termelétrica, embora devessem estar em São Paulo, lutando para que não se jogasse o esgoto desta cidade na Baixada Santista; que há várias entidades classistas que estavam se esquecendo da vontade popular e a vontade popular hoje era que Cubatão criasse novas fontes de geração de emprego e essa usina estava trazendo uma medida paliativa porque criava, por um tempo determinado, 800 novos empregos; que, em nome da Associação de Desempregados, já se “arregimentou” até 5 mil pessoas na avenida e ninguém disse que essa usina não deveria ser instalada em Cubatão, só posicionando-se contrariamente aqueles que não moravam no Município - eles não respiram esse ar que eles afirmavam estar poluído; que Cubatão estava precisando desses empregos, estava precisando desses subsídios; que o Parque Industrial de Cubatão estava dilapidado e outras novas indústrias não viriam para cá ao saber que há mil usinas hidroelétricas por aí para ser montadas. Em seguida, fez uso da palavra Geraldo Silvino, representante do Sistema Nacional de Emprego, que teceu as seguintes considerações: que havia momentos em que o fator emocional precisava submeter-se ao fator racional e toda vez que se pensava emocionalmente, e se deixava de pensar racionalmente, corria-se o risco de se arrepender; que o Superintendente da refinaria afirmou no início da reunião que ela hoje representava apenas 16 a 17% da sua capacidade, o que levava a crer que, se não houvesse envolvimento para que esta usina de cogeração de energia se instalasse, se correria o risco de a refinaria desaparecer em detrimento de outras maiores que estavam espalhadas por aí, inclusive aquela que iria ser construída lá no extremo norte do País; que, enquanto representante aqui do Sine - Serviço Nacional de Geração de Emprego, se preocupava basicamente em ver solucionado o problema criado aqui em Cubatão, em consequência de uma política econômica que havia se instalado no País; que se pensou muito nesta



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

questão e, dada a garantia obtida pelos representantes dessa empresa e da própria refinaria, se pensava em aceitar a instalação dessa energia, desde que ninguém da refinaria fosse demitido nem remanejado. Manifestou-se Edson Satoche, representante do Sindicato dos Petroleiros de Cubatão, que fez os seguintes comentários; que uma parcela do público estava iludida a respeito dessa falsa geração de emprego, que não iria acrescentar significativamente nada em Cubatão, e sim fora daqui; que a poluição iria aumentar significativamente, porque, atualmente, a refinaria consumia 500 m³/dia de óleo pesado para a produção de energia própria, e esse empreendimento iria consumir 4 milhões de m³/dia de gás natural, que era uma energia fóssil e que, portanto, faria a poluição aumentar; que a refinaria atualmente produzia 35 megawatts de energia, 20 dos quais oriundos de geração própria, e 15, da rede, e que, para se fazer esse megaprojeto, se produziria, quarenta vezes mais, ou seja, 900 megawatts, questão esta que gostaria fosse analisada pela equipe técnica da SMA. Fez uso da palavra Everaldo Menezes Almeida, Presidente do Partido dos Trabalhadores do Guarujá, que teceu as seguintes considerações: que entrara na refinaria em 1984, quando nela trabalhavam 3004 funcionários, e que hoje eram apenas 1090; que, quando se falava em gerar emprego, era necessário lembrar que todo ano entrava no mercado de trabalho milhares de jovens; que, quando a juventude pegava a idade para o trabalho, entrava no mercado, e, como não aumentavam os postos de trabalhos, diminuía o número de emprego; que, muitas vezes, as pessoas se iludiam por pouca coisa, cresciam o olho no negócio do momento, e achava compreensível esta situação, pois se estava passando necessidade, a situação era extremamente difícil; que, no entanto, esse projeto era uma grande ilusão, que ele gerará 400 empregos momentâneos na construção civil, porque, na área elétrica, virão os americanos; que a promessa de que não haveria demissões na Petrobrás só foi feita por causa da audiência que ocorreu no sindicato; que o emprego a ser gerado não era para o povo brasileiro; que se tinha de sair às ruas para garantir que colocassem as turbinas que faltavam nas usinas; que esse era o momento em que se tinha de defender mais do que nunca a instituição nacional, porque o Brasil pouco a pouco estava sendo entregue a preço de um fusca; que se tinha de ficar esperto, porque o Brasil não era só da atual geração, mas também das gerações futuras; que não se deveria continuar amargando o sofrimento, o Brasil tinha de ser um País justo e sério; que as pessoas tinha de pôr o pé no chão e ver o que estava por trás de tudo isso. Fez uso da palavra, em seguida, Itamar José Rodrigues Sanches, representante do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, que teceu as seguintes considerações: que, quando entrou na refinaria, havia 1400 empregados e hoje existiam apenas 750, com meta de se chegar até o final do ano com 700, razão por que entendia a agonia dos companheiros desempregados que se apegavam à promessa de geração de empregos; que nenhum representante da sociedade civil desejava transferir essa termelétrica de Cubatão para outro Município; que constava do EIA/RIMA que esta termelétrica funcionará, no futuro, a óleo diesel, o que, com certeza, causará aumento da poluição na região, e que sobre este aspecto, ou seja, sobre o fato de ela passar a usar óleo diesel, e não gás natural, o EIA não fazia qualquer referência; que só o tempo mostrará se o Município de Cubatão ganhará ou perderá com a instalação dessa termelétrica de grande porte, que, conseqüentemente, contribuirá para que várias outras indústrias se instalem na região, o que, inquestionavelmente, piorará a qualidade do ar; que deveriam ser criadas, neste Município, outras formas de gerar emprego em outros setores, como, por exemplo, no setor de turismo da Baixada Santista e do Guarujá, aproveitando a mão-de-obra no setor hoteleiro. Fez uso da palavra Marcos Vinícius de Melo, representante do Colégio Positivo Técnico de Meio Ambiente, que teceu as seguintes considerações: que a central termelétrica que se estava discutindo só queimará gás natural e gás de refinaria, pois, em momento nenhum, se previa o uso de óleo diesel; que o Estudo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de Impacto Ambiental será detalhadamente avaliado pelo Departamento de Avaliação de Impactos Ambientais da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e pela Cetesb; que, em 1984, a Cetesb iniciou um programa de redução de poluição atmosférica, obtendo sucesso, pois, até o início da década de 90, 95% das fontes de emissão estavam sob controle, tendo ocorrido, na região, uma redução significativa na emissão dos poluentes atmosféricos, superior a 90%, e que será este mesmo órgão que conduzirá o processo de adequação das fontes de emissão atmosféricas e avaliará tecnicamente esse Estudo de Impacto Ambiental; que se estava acostumado com o conforto proporcionado pelos benefícios produzidos pela indústria, e que isso fazia algum sentido quando se vislumbrava que a população mundial tendia a duplicar a cada 25 anos, o que fará com que no ano 2025 a população do planeta esteja duplicada, o que fará com que essas pessoas necessitem dos maiores insumos produzidos pela indústria, o que, por sua vez, exigirá a energia produzida não só pela central termelétrica, mas também por outras fontes. Fez uso da palavra, em seguida, Manoel Serpa Pinto Neto, representante do Coletivo Alternativa Verde, que teceu as seguintes considerações: que ainda se considerava petroleiro, que era oriundo da greve de 1995 que enfrentou esse neoliberalismo que estava instalado, esse FMI e esse G7 que estavam trazendo para Cubatão essa central termelétrica; que, aparentemente, tudo estava bonito, o encarte era verdinho, os guarás vermelhinhos, tudo isso para deixar as pessoas iludidas, pois estavam vendendo um produto podre; que, apesar de tudo o que estava acontecendo - o povo está morrendo de fome - não dava para aceitar as mentiras que estavam sendo ditas; que era inacreditável ver as autoridades constituídas do Executivo e do Legislativo de Cubatão atreladas a um projeto que iria beneficiar a tão pouca gente; que se sabia que de todo esse investimento só 20% ficarão no Brasil, pois o restante iria para fora, inclusive a mão-de-obra seria japonesa – embora nada tivesse contra a colônia nipônica, mas, sim, contra os norte-americanos; que era contrário à construção desse empreendimento, por todos esses motivos e por acreditar que o Município teria que se inserir na rede de hotelaria, no turismo ecológico, na implantação de indústrias não-poluentes; que, quando entrava na refinaria, em 1985, havia um engenheiro inglês que assegurava que tudo estava errado, pois não se podia construir indústria no vale, porque a poluição não dissipava, por mais que se conseguisse filtrar os poluentes; não dissipa; que indagava pela necessidade de Cubatão hospedar uma megatermelétrica, que iria proporcionar alguns empregos por poucos meses e aumentar a carga de poluição, embora não fosse necessária tanta energia; que indagava sobre a necessidade de se gerar muita eletricidade, ou seja, 950 megawatts. Manifestou-se, em seguida, Rubens Alves de Brito, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cubatão, que teceu as seguintes considerações: que seu sindicato era favorável à instalação desse empreendimento, era favorável à solução de problemas, pois achava que se tinha de avançar, modernizar e acompanhar a modernidade; que era favorável à evolução tecnológica que essa usina traria para o parque industrial de Cubatão; que, no que dizia respeito à redução dos níveis de poluição, haveria uma redução do enxofre, ao nível quase zero; que outro fator interessante era o aumento na arrecadação de impostos, aproximadamente 20 milhões de reais por ano, o que representava aumento na infra-estrutura da cidade, criação de creches, policlínicas, no investimento na área da educação e cultura, o que era viável e importante para a cidade, além de autonomia energética, confiabilidade, atração de outras empresas e serviços e, sem dúvida nenhuma, aumento do nível de emprego; que, na *Revista Exame* foi divulgado que existia um investimento de algumas empresas - na ordem de 850 milhões de reais - para combater a poluição de resíduos. Fez uso da palavra Gotardo Garcez Vilete, representante da Sinergia Pró-CUT – Sindicato dos Energéticos, que teceu os seguintes comentários: que trabalhava na Usina Henry Borden, que, depois da cisão em quatro



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

empresas pequenas, a Eletropaulo ficou vinculada à EMAEi e, atualmente, estava à míngua e com risco de ser fechada, contando apenas com 230 funcionários; que a questão do bombeamento não estava sendo discutida porque as empresas de Cubatão não pagavam água para a EMAE, que fazia o bombeamento da água para ajudar a despoluir a baía; que vai ser gerado emprego, porque a usina terá de ser construída, o que fará crescer a construção civil; que nunca ouvira falar que serviço terceirizado fosse emprego, que se tinha de acabar com esse negócio de empreiteira, pois era a forma de algumas pessoas enriquecerem nas costas de trabalhador; que se deveria preocupar com o fato de a Light do Rio ter sido privatizada, que ela foi comprada por uma estatal francesa e não estava gerando emprego no Brasil; que a Metropolitana também havia sido comprada por eles e que a EBE havia sido comprada por uma estatal portuguesa; que, em vez de se gerar poluição, se deveria implementar um projeto que melhorasse a qualidade da Usina Henry Borden; que conclamava os companheiros desempregados, para irem à porta da Henry Borden exigindo que se abram as vagas que estavam sendo fechadas, pois isso significava pensar no futuro. Passou a fazer uso da palavra Gabriel Arcanjo Zuquine, representante do Sindicato dos Urbanitários, que fez os seguintes comentários: que, em relação à Usina Hidroelétrica Henry Borden, ela tinha capacidade, sim, de geração de energia, e que ela hoje não realizava sua potencialidade em virtude da poluição; que, se não se tiver uma geração de energia confiável, não haverá desenvolvimento nenhum na região, suas usinas paralisarão e suas empresas entrarão em falência; que, se não se gerar emprego, não se sairá do Paço Municipal, não se sairá da praia, não se sairá de casa, e que isso só era possível se tendo uma produção de energia elétrica estável, porque ela era um bem necessário a todos, pois ninguém vivia sem energia elétrica, nem mesmo os ambientalistas; que era inviável trazer energia elétrica da outra ponta do Estado porque ela se perderia no meio do caminho, e que Itaipu possuía uma turbina só para trazer energia; que se via com bons olhos a instalação dessa usina, porque ela geraria emprego e traria uma energia estável para a região, propiciando a vinda de novas empresas, novas indústrias e a geração de mais empregos. René Roberto Pinto Teixeira, representante da Associação dos Consumidores de Água e Energia Elétrica da Baixada, leu um texto através do qual se posicionava favorável à implantação do empreendimento. Manifestou-se Manoel Bispo dos Santos, representante da Sociedade Melhoramento de Ilha Bela, declarando que era favorável à implantação deste empreendimento. Em seguida, fez uso da palavra Carlos Feiras, representante do PSDC do Município de Cubatão, lamentando a ausência de representantes do Poder Legislativo nesta audiência pública e posicionando-se favorável à implantação desse empreendimento, pelo fato de que ele iria gerar emprego. Manifestou-se, em seguida, José Eugênio da Souza, representante da Federação dos Funcionários Públicos Municipais do Estado de São Paulo, que fez os seguintes comentários: que se posicionava favorável ao empreendimento porque não podia ser contrário, uma vez que ele gerará empregos e incrementará a arrecadação dos impostos municipais em 20 milhões de reais por ano; que lembrava a todos que, quando construíram o Terminal do Tietê, o Aeroporto de Cumbica, o de Viracopos, em Campinas, e a Rodovia Imigrantes, também houve muito protesto. Manifestou-se, em seguida, Sebastião Ribeiro do Nascimento, representante da Sociedade de Melhoramentos Vila Esperança, que teceu os seguintes comentários: que estava satisfeito com o processo democrático do qual estava participando, pois a participação na democracia não consistia apenas em eleger as autoridades; que era favorável à instalação da CCBS porque ela geraria emprego e energia; que achava importante participar de uma audiência pública porque se era informado e também se podia convencer e se podia ser convencido; que era muito importante o papel dos ambientalistas, ecologistas, para a melhoria da qualidade de vida deste País; que também defendia a preservação do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Planeta, que era a casa de todos, mas também defendia o homem que, como outros seres vivos, fazia parte do meio ambiente, motivo pelo qual achava que deveria defender a periferia onde ele morava e onde moravam mais de 11 mil pessoas; que atualmente 50% da população de Cubatão vivia em periferia e não tinha oportunidade de emprego na indústria; que os dirigentes dos órgãos ambientais deveriam possibilitar que esse empreendimento desse educação, preparasse os trabalhadores para que pudessem trabalhar na Petrobrás. Fez uso da palavra, em seguida, Condesmar Fernandes de Oliveira, representando a Associação de Moradores e Trabalhadores da Baixada Santista, que teceu as seguintes considerações: que era o ambientalista de fora mais famoso em Cubatão, porque sempre que participava de algum evento diziam que era de fora, embora morasse em Santos e estivesse sempre em Cubatão; que chamava atenção para o fato de que nem sempre os que vinham de fora traziam o mal; que era interessante o fato de que, em alguns momentos, a população de Cubatão desejara que as indústrias viessem de fora para cá e, em outros momentos, não desejarem que as pessoas de fora se manifestem; que o grande problema era a discussão a respeito do modelo energético implantado no País; que aqueles que defendiam realmente o emprego deviam pensar mais a respeito dessa questão, porque não eram os ambientalistas que estavam tirando o emprego das pessoas - isso era uma falácia, uma mentira; que, atualmente, uma indústria que possuía 2 mil operários mandava 1950 embora e ficava somente com 50 e, no lugar desses 1950 empregos, ela punha robôs, automatizando a linha de produção, o que fazia com que o consumo de energia fosse lá para cima, porque se estava deixando de lado a energia humana; que esse modelo se chamava eletro-intensivo, que gastava mais energia à medida que as empresas mandavam as pessoas embora; que, sem dúvida alguma, com o desemprego, iria aumentar o consumo de energia, mas não se podia defender o emprego pelo emprego somente, pois se tinha de analisar o que estava por trás disso; que até hoje a Petrobrás não explicara o que acontecera nessa cidade; que não sabia se as pessoas ainda se lembravam de Vila Socó, quando morreram 600 pessoas queimadas; que tinha de se saber de que forma ia ser criado emprego, e esse era o grande problema; que as indústrias de Cubatão utilizavam atualmente cerca de 20 m³ por segundo, enquanto que a captação da Sabesp para Santos, São Vicente e Cubatão, para abastecer a população, era de 4 m³ por segundo, o que tornava claro que as indústrias de Cubatão gastavam cinco vezes mais água do que as três cidades juntas; que, com certeza, as pessoas pagavam a água, mas não sabia se as indústrias pagavam; que se deveria fazer esse mesmo cálculo em relação à energia, saber quanto as indústrias consumiam e pagavam e o mesmo no que dizia respeito à população; que, para se obter esta resposta, bastava olhar o que estava acontecendo com a Represa Billings, na qual não era despejado apenas esgoto doméstico; que se deveria perguntar para quem seria destinada esta energia - para os pobres como certeza não seria; que este era um dos problemas do sistema capitalista - não era um problema gerado pelos ambientalistas - e as pessoas tinham de ter consciência do que estava em jogo; que o ozônio matava a vegetação das encostas da Serra do Mar e ter sido isso que originou uma série de escorregamentos e, no passado, inundações no centro de Cubatão, cujo apelido era o Vale da Morte porque os dutos poderiam explodir, como também os tanques da própria refinaria, que ainda estavam no Parque Estadual da Serra do Mar; que, por este motivo, solicitava à empresa que oferecesse esclarecimentos sobre a quantidade de ozônio, de óxido de nitrogênio e de tudo o mais que seria gerado e pedia à Cetesb que informasse se as emissões de ozônio iriam ser em grande quantidade, o que, com certeza, geraria problemas para a população e para a vegetação. Fez uso da palavra Dalva de Araújo Nascimento, representante da Associação Movimento em Defesa da Vida, que teceu os seguintes comentários: que agradecia ao Secretário Executivo do Consema ter permitido ao ambientalista Oswaldo Sevái fazer



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

uso da palavra, porque, se isso não acontecesse, só se teria a palavra do empreendedor, o que seria insuficiente para fazer-se uma avaliação; que, em Cubatão, aos sábados e domingos, principalmente à noite quando chovia, as indústrias soltavam poluição, o que obrigava as crianças a tomarem sua inalaçãozinha; que um grande número de pessoas que saíram das indústrias de Cubatão e outras que nunca trabalharam estavam doentes com leucopenia; que, no primeiro semestre deste ano, 60 pessoas, uma média de 10 por mês, morreram sem que as autoridades médicas tivessem tido condições de diagnosticar a causa das mortes; que, por estas razões, era contrária à instalação da CCBS, embora quisesse empregos, mas não à custa da vida das pessoas. Em seguida, Florisvaldo Rodrigues, representante da Sociedade Melhoramento da Cota-95, manifestou-se favorável à implantação da termelétrica de Cubatão porque ela geraria energia e, conseqüentemente, outras empresas se instalariam no Município e gerariam emprego. Em seguida, Nilton Pires, representante da Associação Ecológica de Cubatão, manifestou-se favorável à implantação da usina, fundamentando este ponto de vista no fato de o gás natural ser benéfico para o ambiente e de que o empreendimento seria fiscalizado pelos técnicos da Cetesb e porque se tratava de um empreendimento sério. Em seguida, fez uso da palavra Geraldo Guedes, representante da Associação Comunidade de Esportes, que teceu os seguintes comentários: que estava encaminhando algumas propostas assinadas pela Sociedade Melhoramentos da Cidade de Cubatão, Sociedade Melhoramentos do Sítio Novo, Sociedade Melhoramentos da Serra Mantiqueira da Vila do Pescadores, Sociedade Melhoramentos dos Pilões do Vale Verde, Sociedade Melhoramentos da Cota 400, Sítio Novo, Ilhabela, Vila dos Pescadores, Vila Caraguatá, Bolsão 7, Sociedade Melhoramentos Jardim Nova República do Parque São Luís e do Conjunto Habitacional São Judas Tadeu, Sociedade Melhoramentos Vila São José, Sociedade Melhoramentos da Vila Natal, Sociedade Melhoramentos Amigos de Bairro Jardim Costa e Silva, Associação Comunitária de Esporte Lazer e Cultura do Jardim Nova República, Bolsão 7 e 9, Associação Comunitária Esporte Lazer e Cultura do Conjunto São Judas Tadeu, Acaelba-Associação dos Consumidores de Água e Energia Elétrica da Baixada Santista, Associação Teto e Chão da Baixada Santista, Associação dos Areeiros Artesanais do Município de Cubatão, Liga Cubatense de Futebol de Salão e Sociedade Melhoramentos da Cota 95; que algumas dessas propostas diziam respeito à possibilidade de este empreendimento patrocinar cursos de formação profissional nas fábricas da comunidade; implantar creches comunitárias para atendimento de filhos de operários; garantir a representação das Associações Comunitárias, Sociedades Melhoramentos na comissão permanente de acompanhamento da implantação das propostas, enquanto durar a instalação e o funcionamento do empreendimento; dar continuidade ao processo de divulgação do projeto após a audiência pública; dar continuidade às pesquisas para ampliar a participação da comunidade; dar continuidade ao círculo de palestras principalmente nos bairros; auxiliar as escolinhas de futebol comunitárias e os cursos de alfabetização de adultos. Manifestaram-se Maurício Moura Soares Silva, representante da Sociedade Melhoramentos Jardim Costa e Silva, e Ozi Noronha Lopes, representante da Associação Melhoramentos Jardim Nova República, que, igualmente, se posicionaram contrários à implantação do empreendimento, fundamentando este posicionamento no argumento de que ele causaria poluição e geraria apenas empregos provisórios, que não exigiam nenhuma qualificação. Manifestou-se Ubiratan Ribeiro Maia, representante do Partido dos Trabalhadores, que teceu as seguintes considerações: que encaminhava um abaixo-assinado com 977 assinaturas a favor do projeto, colhidas apenas junto a um segmento social, e outro, também a favor, com assinaturas de entidades de muito gabarito, como do Movimento pelo Desenvolvimento de Cubatão, da Entidade da Sociedade Civil Organizada em Prol



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

da Construção da Usina Geradora de Energia CCBS, da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Cubatão, da Associação Comercial e Industrial de Cubatão, do Sindicato dos Servidores Públicos de Cubatão, da Associação Ecológica de Cubatão, da Rádio Comunitária Rena FM, da Rádio Comunitária Comunidade FM, da Associação Teto e Chão da Baixada Santista, da Sociedade Melhoramentos do Jardim Nova República, da Sociedade Melhoramento do Vale Verde, da Sociedade Melhoramento da Vila Esperança, da Jardim Costa e Silva, da Vila São José, da Vila Nova, da Vila Natal, do Jardim São Marcos, da Cota 95, da Vila Elizabete, dos Pilões, do Bolsão 7, da Vila dos Pescadores, da Ilhabela, da Ilha Caraguatá, do Sítio Capivari, da Sociedade Melhoramento do Sítio Novo, da Sociedade Melhoramento do Morro do Pica-Pau, Sociedade Melhoramento da Cota 400, da Água Fria, da Pedreira da Mantiqueira, dos Bolsões 7, 8 e 9, da Associação de Lazer, da Associação de Lazer da Cota 95, da Associação Comunitária do Jardim São Judas Tadeu, do Conjunto Habitacional São Judas Tadeu, da Associação dos Areeiros Artesanais de Cubatão, da Associação dos Perueiros de Cubatão, da Associação em Defesa dos Desempregados de Cubatão, da Liga de Futebol Amador de Campo, Esporte Clube Atlético Guimarães - Associação Atlético Guimarães, do Esporte Clube 31 de Março, da Acaelbas - Associação dos Consumidores de Água Energia Elétrica da Baixada Santista, do Serviço Social da Assembléia de Deus de Cubatão, da Federação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, da Associação Comunitária Cubatense FM, do Núcleo Ecológico de Cubatão, do Conselho Particular de Cubatão da Sociedade São Vicente de Paula, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil da Baixada Santista, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Fertilizantes, do PGT - Partido Geral dos Trabalhadores, da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional São Judas Tadeu. Fez uso da palavra Jorge Ayala, representante da Associação Comercial e Industrial de Cubatão, que teceu as seguintes considerações: que Cubatão já há algum tempo vivia da fama do passado como pólo industrial gerador de riqueza e de emprego, mas que atualmente a realidade era outra, com um número crescente de desempregados, o surgimento de favelas e sem a instalação de novos empreendimentos de porte; que o projeto da usina deverá trazer autonomia para a região em termos de energia elétrica, o que poderá atrair novos investimentos e novos empreendedores, o que era promissor, pois, por si só, a usina não resolveria parte dos problemas locais; que era importante a transparência com que se estava conduzindo todo o processo e que ela deveria caracterizar não só esta fase inicial; que não havia risco zero e, portanto, era necessária a fiscalização para que o meio ambiente não viesse a ser agredido; que a categoria que representava, a Associação Comercial e Industrial de Cubatão, passava por momentos difíceis em virtude do quadro econômico atual, razão por que estava otimista com relação à implantação da usina. Em seguida, fez uso da palavra Julius Cesare, representante da Rede Libertária, que teceu as seguintes considerações: que participava do Movimento Ambientalista em Santos e o que ocorria em Santos ocorria em Cubatão porque a atmosfera do Planeta era uma só; e que entendia ser dever de todos, não só dos ambientalistas, fiscalizar a natureza. Fez uso da palavra Valtemir Siqueira, representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cubatão, que declarou que encaminhava uma proposta para que fizesse parte do processo e fosse analisada pelos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente a qual foi elaborada pela Associação Comercial de Cubatão, Associação de Consumidores de Água e Energia, Associação dos Desempregados, Associação de Engenheiros, Pastoral Operária, Petrobrás, Prefeitura Municipal de Cubatão através da Fábrica da Comunidade, Senai, Centro Federal Tecnológico de São Paulo, Escola Técnica Federal, Sindicato dos Eletricitários, Sindicato dos Servidores Públicos, Sindicato dos Químicos, Sindicato Urbanitário, Sindicato da Construção Civil. Fez uso da palavra



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Cássia Romay Borgomoni, representante da Fábrica da Comunidade – Centro de Qualificação Profissional, que ofereceu um breve histórico da instituição que representava e de sua importância para Cubatão. Em seguida fez uso da palavra Ademir Pires, representante da Associação Ecológica do Litoral Paulista, que declarou ser favorável à implantação do empreendimento. Fez uso da palavra, em seguida, Carlos Romani, representante do “SOS” do Saneamento e Saúde de São Vicente, que fez os seguintes comentários: que os ambientalistas, como eram chamados, não se aproximavam mais das comunidades cubatenses porque, infelizmente, havia uma grande desigualdade de recursos e de disponibilidade financeira entre quem podia fazer e quem não podia fazer propaganda; que se deveria pensar como região metropolitana e que o ar que se respirava em Guarujá era influenciado pela emissão que saía de Cubatão e vice-versa; que, dos mangues originais, só restavam 40% em bom estado de conservação na Baixada Santista e não só a CCBS como também outras empresas utilizaram esses mangues; que não era contrário à termelétrica, pois não tinha conhecimento suficiente para isso, embora entendesse ser extremamente danoso para o meio ambiente instalar nesta região um empreendimento que visava expandir o pólo industrial em direção à área continental de Santos; que considerava oportuno se pensar em alternativas para a atividade econômica, incrementar a pesca, os serviços, o turismo, transformando, por exemplo, toda essa região num Parque Estadual Estuarino, um Parque Estadual do Estuário Marinho de Santos, pois de tratava de uma das regiões mais ricas em biodiversidade; que, se assim se procedesse, se transformaria a matriz de geração de empregos, abandonando aquela que era danosa à saúde e ao meio ambiente, envolvendo a comunidade num projeto de preservação que fomentasse o turismo ecológico ambiental; que o desenvolvimento sustentado passava necessariamente por uma viabilização ecológica e que era isso que propunha. Fez uso da palavra Yara Toledo, representante do SOS Manancial de Cotia, que teceu considerações sobre a maneira mais eficaz de proteger-se a saúde humana e o meio ambiente dos perigos que alguns resíduos representavam. Em seguida, Meire Garcia Pizelli, representante da Associação Ecológica Brasil Verde, teceu as seguintes considerações: que se tinha uma energia gerada com gás natural e essa justificativa deveria ter sido proposta antes de se fecharem as comportas de Porto Primavera, que causava grandes impactos e danos irreversíveis à fauna e à flora; que, ao final da exposição, o empreendedor afirmou ter a equipe considerado o projeto ambientalmente viável, mas cabe aos órgãos licenciadores decidirem; que fora elaborado um Estudo de Impacto Ambiental e um Relatório Ambiental Preliminar, e este procedimento era absolutamente correto; que a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo não era a Secretaria de Obras e Execução do Meio Ambiente do Estado Paulo; que, com relação às obras parecia que estava tudo tecnicamente correto, todavia a única justificativa para esse empreendimento oferecida nessa audiência pública que lhe parecera convincente era a justificativa social, embora reconhecesse que essa justificativa não se sustentaria se o empreendimento gerasse emprego apenas em sua fase inicial, tornando-se, em breve tempo, nefasto, provocando danos irreversíveis não só para a saúde da população como para a biodiversidade da região; que não se poderia resolver um problema social criando outro, pois o Artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais, em seu parágrafo terceiro, punia com severidade os danos relativos à poluição e que, se o Poder Público autorizasse empreendimentos que, eventualmente, criassem esse tipo de problema responderia criminalmente; que não se poderia atribuir à sociedade e às pessoas da comunidade a avaliação desse empreendimento, se ele era bom ou ruim para o Município; que o Prefeito havia justificado o empreendimento apenas com relação ao emprego, mas era necessário que a Prefeitura dispusesse de um corpo técnico multidisciplinar para fazer uma avaliação mais correta desse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

empreendimento; que sua proposta era que se instalassem nesse Município indústrias não-poluentes e que essas indústrias trouxessem para esses trabalhadores bons trabalhos e saúde, para que se pudesse ter uma maior produtividade com qualidade de vida. Passou-se à fase em que as pessoas se manifestavam em seu próprio nome, tendo feito uso da palavra Aysino Souza Leão, José Rafael de Barros, Simão Korn, Antonio Carlos Baltazar, Edson Guaracy Lima Fujita, João Costa dos Santos Sobrinho e Otávio Lara Castro, que, grosso modo, expuseram os seguintes pontos de vista: que esse projeto com tecnologia moderna trazia benefícios tanto ambientais como de outra natureza, no momento em que o Brasil atravessava até crises energéticas, além de gerar empregos em todas as suas fases; que também o turismo precisava da energia e deveria haver eficiência nesse setor; que foi dito que a tecnologia estava desempregando, mas era ela que possibilitava o registro do desmatamento na Amazônia; que, infelizmente, a tecnologia avançou e a classe operária não se preparou para tanto; que atualmente não mais se admitiam indústrias que não estivessem rigorosamente com os seus controles perfeitamente estabelecidos pelo órgão ambiental, já tendo se passado a época em que, por falta de leis ou de mentalidade ecológica, as indústrias se instalavam sem nenhum resguardo ambiental; que atualmente existiam muitas entidades olhando o potencial dessas indústrias para provocar danos ambientais; que os órgãos ambientais priorizavam empreendimentos que consumissem gás combustível, não permitindo a queima de óleo, e exigindo, para as indústrias já instaladas, uma evolução gradativa na substituição do óleo consumido pelo gás; que o RIMA, na página 157, afirmava que "a área selecionada para o empreendimento apresentava várias condições interessantes do ponto de vista ambiental, sendo que se tratava de área já degradada, com vocação industrial", e que num outro parágrafo abaixo reafirmava isso, ao dizer que "a região de Cubatão apresenta uma condição ambiental complexa com níveis de poluição que estão próximos da saturação, sendo nestes casos particularmente importantes as questões da poluição atmosférica e das águas, bem como da disponibilidade hídrica"; que, diante dessas colocações, as pessoas não poderiam ficar indignadas com as colocações do Professor Sevá; que apoiava as propostas de desenvolvimento sustentável para a região, como o turismo ecológico, que também evitaria o desemprego local; que a CCBS constituiria um fator de desenvolvimento regional; que, em 1968, trinta cientistas em Roma fizeram um documento chamado "Limite do Crescimento", que previa que iam acabar os recursos e se tinha de parar o desenvolvimento, principalmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil e a Índia; que, a partir deste documento, foi levada uma proposta à ONU, em 1972, em relação à qual o Brasil posicionou-se contrariamente, alegando que precisava se desenvolver, e Indira Gandy, representante da Índia, afirmou que "a miséria e a pobreza também são formas de poluição"; que se tinha de tomar cuidado, pois se precisava aqui, no Brasil, de uma indústria que gerasse desenvolvimento, independentemente da opinião dos países mais industrializados; que se enfrentava um sistema energético falido, como demonstravam os "apagões" que ocorriam no País; que cada um que estava presente nesta reunião era responsável também pelo futuro. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Conselho Estadual do Meio Ambiente, tendo feito uso da palavra o conselheiro Elson Maceió dos Santos, expondo os seguintes pontos de vista: que era representante no Consema do Fórum das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema e morava em Guarujá, no Itapema, tendo trabalhado também no pólo industrial de Cubatão; que tinha observado que a questão do desenvolvimento vinha sendo discutida e debatida, pois se dependia do desenvolvimento, mas não desse desenvolvimento que se observava hoje; que, recentemente, há dois anos atrás, houve um acidente numa unidade da refinaria e, na época, ela divulgou um panfleto que afirmava serem os resíduos areia da praia, que não fazia mal



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

nenhum, embora todos soubessem que havia muito metal pesado naquela tal areia da praia; que o Vereador Romeu Magalhães vinha fazendo uso do seu mandato para denunciar as mortes de causas desconhecidas, os relatórios médicos fraudados - o que vinha sendo denunciado pela própria Secretaria de Saúde do Estado -, o número de doenças respiratórias, problemas renais, leucopenia e outros casos sobre os quais todos já tinham conhecimento, como hepatite tóxica, casos alarmantes ocorridos na própria Refinaria Presidente Bernardes e na Cosipa, aquela empresa que um dia foi um sonho de desenvolvimento, pois iria acabar com o desemprego na Baixada Santista; que a energia da termelétrica não era tão limpa assim, pois ela emitia NOx, hidrocarbonetos e outras substâncias, ou seja, os mesmos produtos que já estavam contaminando o trabalhador, provocando efeitos maléficos na saúde da comunidade; que os casos de leucopenia ocorridos no centro do Guarujá, próximo à praia, e em Santos não tinham explicação do ponto de vista dos representantes das indústrias, mas, sim, do ponto de vista científico; que havia uma bacia hidrográfica que cobria toda a região e que, dependendo da corrente de ar, a poluição ia tanto para o Guarujá como para a área continental de São Vicente, como para o Planalto de Piratininga, São Paulo, e para outras cidades da RMSP; que um outro acidente acontecera recentemente na Ultrafértil, que informou ter sido provocado pelo vazamento de apenas três toneladas de amônia, um produto mortal, quando, na verdade, foram quarenta, e que, embora mais uma vez a comunidade tenha escapado, esse produto matou a vegetação como se constatou, depois, no Parque Estadual da Serra do Mar; que o Prefeito de Cubatão informou ao Secretário do Meio Ambiente de que precisava dos 4% relativos à compensação financeira pela construção da Rodovia dos Imigrantes, ou seja, dos 530 milhões, para retirar as comunidades das áreas de risco, ou seja, indenizar as comunidades que estavam nos bairros-cota; que os ambientalistas não eram contrários ao desenvolvimento, mas, sim, o próprio sistema era contrário a um desenvolvimento que gerasse emprego, porque faltava uma visão regional, uma visão metropolitana, como também seriedade no trato com o ser humano; que presenciara o seguinte fato: um companheiro que trabalhava na área da Cosipa foi acidentado, e quando foi acidentado já estava com leucopenia, mas morreu por causa do acidente, e, quando a família foi pegar a indenização, lhe informaram que ele tinham direito, pois o acidente fora causado porque ele não usou o equipamento correto, ou seja, não usou o cinto de segurança; que, quando via o Movimento de Desempregados defendendo essa usina, defendendo esse tipo de empreendimento, acreditava que eles estavam perdendo o rumo da história, a razão da existência. Em seguida, passou-se à etapa em que se pronunciavam os representantes do Poder Legislativo, fazendo uso da palavra o Vereador João Evaniel, que teceu as seguintes considerações: que foi um dos primeiros a ter acesso a esse projeto, tendo ficado entusiasmado com ele; que sempre teve um relacionamento muito bom com todos os trabalhadores da Refinaria Presidente Bernardes, como também com o seu superintendente, pelo trabalho que vem realizando pela cidade e pela comunidade; que, se a maioria das indústrias fizesse a mesma coisa, talvez houvesse uma sociedade bem diferente em Cubatão; que não era contrário ao desenvolvimento, sempre defendera sua retomada, mas que era favorável ao desenvolvimento sustentado, ou seja, ao equilíbrio ecológico; que, se existia nesse País alguma coisa relacionada a uma política equilibrada de meio ambiente, era graças à Cubatão e aos ambientalistas que tiveram a coragem de se unirem a esse povo e denunciar tudo o que acontecia aqui, principalmente nas décadas de 70 e 80, razão por que não se podia abrir mão de sua participação, fossem eles de Cubatão, da região, do Estado de São Paulo, de outros Estados ou, até mesmo, de outro País; que os ambientalistas tinham de ser respeitados, pois morou em Vila Parisi e sabia o que significava a poluição, pois, por causa dela, foi preciso tirar-se dali todo um bairro, toda uma comunidade, levá-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

la para outro local, tendo sido preciso também o Município gastar sozinho rios de dinheiro e se endividar; que, na realidade, se estava cumprindo apenas uma formalidade, porque quem iria decidir eram as autoridades, os técnicos e os órgãos ambientais, que tinham pessoas capacitadas para tanto; que, pela confiança que depositava na Cetesb, iria sempre exigir sua participação, pois o que se tinha de discutir era o futuro dessa cidade no que dizia respeito ao equilíbrio ambiental; que, em Cubatão, não podia mais ocorrerem acidentes como houve em Vila Parisi e na Ultrafértil e como aquele que provocou centenas de mortes em Vila São José; que não se poderia mais permitir que trabalhadores e trabalhadoras vivessem a situação “desgraçada e miserável” como a que viviam no Município de Cubatão; que não se poderia aceitar de forma nenhuma que, para se trazer um empreendimento para Cubatão, se lançasse mão da necessidade do povo desta cidade por emprego; que o povo estava querendo emprego, que 63% da população era constituída por jovens sem expectativa nenhuma de emprego e que, como foi dito pela representante da Fábrica da Comunidade, havia 11.400 desempregados; que este era um dado preconceituoso e discriminatório, porque só se referia a desempregados, ninguém se referia às mulheres desempregadas dessa cidade, porque o pólo industrial pesado não oferecia oportunidade para o sexo feminino; que era preciso se rediscutir não somente a termelétrica, não somente a opção do turismo, era preciso discutir a pequena e a média empresas nessa cidade, pois eram elas que efetivamente iam oferecer emprego; que se tratava, pois, de uma discussão muito ampla, pois era preciso dizer que, quando se falava que determinada empresa iria oferecer emprego, se mentia, e que esse havia sido o procedimento adotado pela Ecovias, que, ao se instalar, trouxe seus empregados e não ofereceu nenhum à população da cidade, pois até o motorista ela trouxe do Paraná; que, por esta razão, perguntava ao superintendente se essa usina iria efetivamente oferecer empregos, se a fábrica iria funcionar com cinquenta pessoas no máximo, ou, pior ainda, se seria a fábrica do futuro, que teria dois operários, um homem e um cão, sendo a função do homem alimentar o cão, cuidar do cão, e a função do cão vigiar o homem para que não pusesse a mão na máquina; que se deveria partir do pressuposto de que havia no Município mais de 40 mil desempregados, pois os dados que sustentavam haver 13 mil não computavam as mulheres desempregadas, embora existisse atualmente uma população feminina maior do que a masculina, não computando também os jovens; que, embora todo mundo defendesse o desenvolvimento, se deveria assegurar que este desenvolvimento fosse equilibrado; que esperava que amanhã não chegasse alguém em Cubatão propondo fazer um grande foguete e assegurar que ele geraria emprego e, assim, resolveria o problema de Cubatão. Passou-se à fase das réplicas, quando fez uso da palavra, em primeiro lugar, Rafael Cominho, representante da Petrobrás, que teceu as seguintes considerações: que o processo licitatório havia envolvido 100 empresas, e não apenas empresas estrangeiras, mas também nacionais, como, por exemplo, a Inepar, Cemig, Copel, CESP, o que provava que não houve nenhuma discriminação; que o motivo que levou à escolha, pela Petrobrás, das empresas vencedoras foi o fato de elas terem apresentado a melhor proposta do ponto de vista da viabilidade ambiental e econômica; que o objetivo da Petrobrás também era trazer uma tecnologia de alta qualidade; que esse empreendimento iria gerar uma eficiência térmica graças ao emprego do ciclo combinado com cogeração, mais ou menos o dobro da eficiência térmica da usina de Piratininga; que 30% da energia útil desse processo seriam absorvidos pela RPBC, porque essa parte da energia correspondia a 400 toneladas de vapor; que não era uma pequena parte, mas grande parte da energia que iria para Cubatão, e ela supriria a quase totalidade do vapor gerado em caldeiras; que essa tecnologia possibilitaria uma redução drástica das emissões, como baixa emissão de NOx e de CO; que não existia competição entre hidrelétricas e termelétricas, nem no mundo nem no Brasil;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que a termelétrica complementava a hidrelétrica nos períodos de seca, para garantir o nível dos reservatórios; que a termelétrica sempre entraria na hora que os reservatórios da hidrelétrica comesçassem a cair e saíam na hora que comesçassem a chover e os reservatórios comesçassem a recuperar sua capacidade; que um dos objetivos deste empreendimento era a melhoria da qualidade da energia elétrica da Baixada Santista, o que era vital para as empresas que trabalhavam com tecnologia ou com processos complexos; que, embora fosse um negócio desejável do ponto de vista do meio ambiente eliminar essas empresas todas, essa termelétrica não traria mais indústrias, mas manteria e viabilizaria aquelas já existentes; que outro ponto ressaltado e que não foi bem esclarecido dizia respeito à capacidade do parque nacional, a capacidade do Brasil de fornecer equipamentos para a termelétrica; que a turbina a gás não iria ser fabricada aqui, pois existiam pouquíssimos fabricantes, porque apenas três ou quatro fabricavam turbinas; que as caldeiras, os transformadores, os equipamentos elétricos, as tubulações e as válvulas eram e poderiam continuar sendo fabricadas no País. Em seguida, Ricardo Simonsen ofereceu as seguintes explicações: que o déficit de energia apresentado no Estudo de Impacto Ambiental de 7 mil megawatts para o ano de 2007 foi feito pelo GCPS-Grupo Coordenador de Planejamento de Sistema Elétrico, que o previu levando em conta a entrada em operação de todas as turbinas que ainda estavam sem operar nas hidrelétricas, quer dizer, levando em conta a implantação de toda a estrutura que já se encontrava pronta; que a CCBS não iria ser implantada para deslocar nem para desativar qualquer hidrelétrica, mas simplesmente para fazer uma complementação, tornar a matriz energética mais equilibrada, trazer vantagem para o sistema, maior confiabilidade, maior oferta junto ao centro de carga e diminuir a necessidade de linhas de transmissão que necessitem de investimento pesado; que, quanto à falta de energia, ela era uma realidade, e que este ano, no horário de verão, iria acontecer a maior dos últimos quinze anos; que, no dia 21 de julho último, ocorreu um grande *blackout* porque a demanda se igualou à oferta de energia; que era engenheiro, colega de faculdade do Professor Sevá e que, como ele, não podia falar sobre saúde pública, mas, sim, sobre Estudo de Impacto Ambiental, de cuja elaboração participaram médicos especialistas em saúde pública e biólogos e que o diagnóstico encontrava-se no EIA/RIMA entregue à Secretaria do Meio Ambiente e colocado à disposição da população; que, com relação à altura das chaminé, de 47,5 metros, foi identificada como a melhor, considerando-se os dados climáticos da região, e que, caso fosse aumentada, não causaria efeitos benéficos na dispersão dos poluentes; que uma questão muito importante dessa dispersão era que a velocidade de saída dos gases das atuais caldeiras da refinaria era muito baixa, 1,5 ou 1 metro por segundo, ao passo que a da CCBS seria de 20 metros por segundo; que, em relação à emissão de hidrocarboneto, um dos grandes responsáveis por ela em Cubatão era a estocagem de derivados de petróleo, que causa evaporação; que os principais tipos de poluentes de Cubatão era o material particulado e que os compostos de enxofre teriam suas emissões reduzidas com a desativação das caldeiras e a entrada em operação; que os dados apresentados no EIA/RIMA não eram donos da verdade e seriam analisados pela Secretaria de Meio Ambiente e que, se ele contiver algum erro, será detectado; que trazer a comunidade para participar do licenciamento ambiental implicava em conferir-lhe uma responsabilidade no processo de fiscalização; que tudo o que foi dito estava sendo gravado e documentado; que fará parte da obrigação da comunidade ajudar os órgãos fiscalizadores; que, em relação à formação de ozônio troposférico, que prejudicará a fauna e flora, os estudos indicavam que a concentração de NOx e de hidrocarboneto seria menor em nível do solo; que não podiam ser comparadas a TPP e a CCBS, pois se tratava de projetos diferentes; que a CCBS não tinha combustível de reserva, ela não iria queimar óleo diesel, seu único combustível seria o gás natural e o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

gás de refinaria como queima suplementar; que o gás natural era bastante diferente do combustível que causou o acidente em Vila Socó, pois o gás se dissipava na atmosfera, tinha ponto de inflamabilidade e auto-ignição muito restritos, ou seja, tratava-se de um combustível bastante seguro; que chamar o programa de comunicação social de *marketing* era bastante questionável, pois fora uma exigência da própria Secretaria do Meio Ambiente informar-se a comunidade sobre o empreendimento, e que isso havia sido feito; que não havia nos milhares de “mini-rimas” distribuídos nenhuma mentira. Depois de o Secretário Executivo informar que tudo o que havia sido dito fora devidamente registrado, esclareceu que estiveram presentes, ouvindo toda a discussão, os técnicos da Secretaria, sobretudo do DAIA, entre eles o próprio Diretor desse departamento, Eng^o João Roberto, e que todos os presentes teriam, ainda, cinco dias, para enviar, se pretendessem, alguma contribuição, e que elas e o que fora entregue à Mesa seriam, junto com a ata desta reunião, encaminhadas ao DAIA, para análise. Declarou, em seguida, que, em nome do Deputado Ricardo Tripoli, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Conselho, agradecia a presença de todos que participaram do debate, certamente proveitoso, apesar de certas horas difícil, mas que eram aspectos com os quais o processo democrático tinha de contar. E, depois de informar que todos as fases da audiência pública haviam sido cumpridas, declarou encerrados os trabalhos. Eu, Germano Seara Filho, Secretário Executivo do Consema, lavrei e assino a presente ata.

GSF-PS